

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COM A RELAÇÃO ESPAÇO/TEMPO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB

Erice Bezerra Correia

RESUMO

A realidade nos leva a um mundo, onde a competição e o desenvolvimento fazem parte do conceito aplicado às regiões geográficas, particularmente, as consideradas periféricas. Nesse sentido, a relação entre espaço e inovação, requer que os territórios, as pessoas e corporações invistam em estudos e análises, para verificar que condições são características daquela região e qual o caminho para proporcionar esse desenvolvimento. Foi a partir dessa ótica, que esse artigo tenta sintetizar, como em um determinado espaço pode se dar o desenvolvimento, com a aplicação da inovação e especialmente a inovação tecnológica. A região utilizada para a pesquisa é a cidade de Campina Grande na Paraíba, vista na ótica de seu desenvolvimento tecnológico na área de software.

Palavras-chaves: inovação, desenvolvimento tecnológico, Campina Grande

ABSTRACT

The reality in takes them to a world, where the competition and the development are part of the concept applied to the geographic regions, particularly, the peripheral considered ones. In this direction, the relation between space and innovation, require that the territories, the people and corporations invest in studies and analyses, to verify that conditions are characteristic of that e region which the way to provide this development. It was from this optics that this article tries to synthechize, as in one definitive space can if it gives the development, with the application of the innovation and especially the technological innovation. The region used for the research is the

city of Campina Grande in the Paraíba, sight in the optics of its technological development in the software area.

Keywords: innovation, technological development, Campina Grande

INTRODUÇÃO

Observa-se que os países, ao longo de suas trajetórias, nunca haviam enfrentado nada como o atual processo de globalização. Este processo envolve aspectos como concorrência, unificação de mercado e abertura de economias, o que de alguma forma, provoca transformações e possibilita novas oportunidades.

Estar apto a essa nova realidade, sem dúvida representa um grande desafio, pois requer aptidões que fogem aos antigos paradigmas.

Assim, a logística da atual organização baseia-se, fundamentalmente, nas comunicações e na tecnologia, o que permite melhor e mais rápido processamento de informações, através de uma constante interação com o mercado e com os clientes.

Outro aspecto que se sobressai é a competitividade, onde a busca de inovações irá criar condições de sobrevivência e diferencial competitivo, fugindo aos critérios vigentes.

Por isso, parece torna-se à criação de nichos de competitividade um forte diferencial regional e local, agregando valor ao que vai sendo idealizado.

Assim sendo, existe a visão para o desenvolvimento localizado das empresas, onde estas podem criar base produtiva e condições de ação para o mercado mundial numa relação de espaço e tempo.

E isso é possível à micro e pequena empresa? Quais áreas e regiões estarão aptas?

Ressalta-se que as empresas, para acompanhar o quadro de desenvolvimento do mundo contemporâneo, necessitam adotar uma nova abordagem organizacional.

O momento é de inovações, realizações e, fundamentalmente, de um novo ciclo de desenvolvimento para estas empresas. Descobrir o seu nicho e agir de

maneira rápida e eficaz fará com que se destaquem seja numa visão local e ou global.

O espaço, o território e a sua estrutura, formarão a base para que ocorra o desenvolvimento numa nova perspectiva de inovação.

A DIVISÃO SOCIAL E TERRITORIAL DO TRABALHO NA EMPRESA MODERNA: UMA VISÃO DOS CLUSTERS

Estudar a divisão social e territorial do trabalho na empresa moderna é um exercício que requer o uso da visão Marxista e da visão Capitalista (Marx - 1864).

Com a visão Marxista os fatores de produção e do território são regulados pelo Estado que define quem, como e quando serão utilizados. Assim, deve ocorrer um equilíbrio das necessidades e da produção de forma que tudo funcione harmonicamente num sentido único. Deve existir, pois, todo um conjunto de operações que permita a execução desse regime de forma que repercuta no bem social coletivo.

Por outro lado, à visão Capitalista apregoa a realidade do mercado, com uma concorrência imperfeita livre, provocando desequilíbrios na relação da oferta e da procura. Assim o mercado e a produtividade de uma empresa são os fatores que representam de forma cabal esse regime.

E nessa análise, verifica-se que o capitalismo tem sido o grande vencedor, com instrumentos de ação cada vez mais ousados, caracterizados por uma globalização sem volta e um mercado livre para operações.

O capital livre ganhou o mundo na busca de oportunidades para o seu crescimento e conseqüente aceleração do mundo. Porém, existem alguns questionamentos a partir desse pressuposto. Quais são as conseqüências desse modelo capitalista em economias menores? Pode haver algum instrumento de regulação para esse fim? E o papel dos governos nacionais e locais? Qual o papel da região nesse cenário?

No seu livro “Elegia para Re(li)gião” (1988), o professor Francisco Oliveira chama a atenção para a questão dos desequilíbrios regionais apresentando

proposições de que o desenvolvimento regional passa pelo crivo de uma visão nacional e de um projeto com políticas públicas definidas e objetivas para esse fim.

Aparece um novo formato do processo de inovação que requer uma dimensão local, mas advinda de uma visão nacional na busca de alternativas para o desenvolvimento econômico e social regional.

A política de inovação industrial e tecnológica, precisa ser vista do ponto de vista de desenvolvimento dos sistemas produtivos locais, mas diante de uma sustentação tecnológica que aproxime outros atores tais como política nacional, eficiência competitiva e eficiência coletiva.

Na promoção de uma divisão de trabalho definida, caracteriza-se a necessidade de uma visão mais ampla, que não contemple apenas o local, porém, que proporcione um maior entendimento do processo nacional e global, para a busca de saídas, fugindo dos limites impostos por políticas inadequadas, e procurando potencialidades inovadoras.

Continua no Brasil a existência de fortes diferenças no cenário sócio – econômico espacial caracterizado pela não tomada de ações que façam interagir com políticas nacionais refletindo nas realidades locais. Tem – se dessa maneira situações de desequilíbrios gritantes, onde ocorre a concentração de recursos e riquezas numa determinada área enquanto outras são relegadas.

No aspecto de desenvolvimento de políticas de inovação, ocorre o mesmo processo, pois, se solidifica uma forte concentração de P&D no eixo sul e sudeste, ficando o eixo norte e nordeste desprovido de tal possibilidade, não obstante o esforço atual na tentativa de construção de projetos de incentivos inovativos a essa região.

Daí no estudo do nosso projeto, o que levanta - se como hipótese é que “como uma sub – região periférica aos investimentos e pesquisas, a cidade de Campina Grande/PB, comparativamente a outras cidades do Brasil, apresenta competência tecnológica caracterizada pelas empresas de base tecnológica instaladas, produzindo oportunidades e geração de negócios inovadores na cidade e região”?

Na verdade parte-se da premissa da necessidade de uma radiografia e conseqüente desenvolvimento de uma política de governo como a PNDR –

Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (Bacelar – 2004) que enfatize as múltiplas escalas abordando elementos de variedades espaciais, políticas, sociais e econômicas diferenciadas.

Esse pesquisar a realidade regional, passa também, pelo aspecto do binômio espaço x tempo, caracterizando as realidades locais com suas desigualdades e diferenciações.

Estudar e analisar as condições de uso do território sem se ater aos “localismos” (Perroux – 1967), evitando a autonomização típica, desse conceito, requer uma visão de um projeto nacional.

O estabelecimento de áreas ou “territórios de inovação” passa na referência e busca de políticas macroeconômicas e de incentivos a pesquisa, com um plano de desenvolvimento caracterizado por ações bem definidas. Por outro lado, a visão microeconômica dessa mesma área, requer tratamento das chamadas singularidades locais, apresentado pelos aspectos específicos e locais, o que requer uma busca de instrumentos de inovação tecnológica, bem particulares.

Estudar essas relações, entre espaço, tempo, proximidade e particularidade local, tem sido uma preocupação dos geógrafos modernos, *na avaliação de comportamentos e singularidades de cada território* (Morgan – 2000), pois, provoca um estudo que caracteriza as potencialidades e deficiências de cada área.

O que então considera - se nos clusters de inovação tecnológica?

Analisando a visão estabelecida sobre a metodologia dos clusters em relação à metodologia convencional, observa – se:

FATORES	METODOLOGIA CONVENCIONAL	METODOLOGIA DOS CLUSTERS
Agente	GOVERNO	Sociedade, iniciativa privada, Governo
Motivação	Aproveitamento de recursos e fatores disponíveis	Aproveitamento de oportunidades de mercado
Fatores locacionais	Vantagens comparativas tradicionais (dotação de recursos naturais e mão-de-obra abundante)	Vantagens competitivas dinâmicas (serviços terciários, quaternários, recursos humanos qualificados, ambiente de pesquisa, infra-estrutura, etc.)
Competitividade	Localizada, baseada em custos de produção	Sistêmica, baseada em custos de transação e gestão e utilização de fatores com inovação tecnológica
Abordagem industrial	Vertical ou setorial	Estratégica (promoção de atividades competitivas baseadas em clusters.
Unidade de análise	A firma individual	Conglomerados de atividades econômicas afins (clusters)

mercados	Internos (substituição de importações); reserva de mercado	Estratégicos externos
Abrangência	Um projeto	Cadeia produtiva de atividades interligadas (clusters)
Objetivo	Avaliar a viabilidades de projeto novo ou de ampliação, do ponto de vista técnico, de disponibilidade de fatores de mercado	Avaliar pontos fortes e fracos de toda a cadeia produtiva e atividades interligadas (cluster), com vista a otimizar o ambiente de negócios
Elaboração	Órgãos oficiais de promoção de investimentos e/ou consultorias	Criação coletiva (governo, empresários, consultorias)
Credibilidade	Baixa	Alta

FONTE: Projeto “Iniciativa pelo Nordeste”⁶, Congresso realizado no estado da Bahia, centro de Convenções, 1998.

Condiciona-se a análise que os fatores locais irão exercer forte influência, como vantagens competitivas dinâmicas no processo de desenvolvimento regional e local, sendo um fator básico para o surgimento de responsabilidades e novas oportunidades.

O estabelecimento de clusters de inovação em um território dar-se-á através de forte interação dos elementos e atores políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, provocando uma relação de interação local podendo levar a crescimento regional.

Nesse sentido, os aspectos de competitividade locais ficam também, condicionados ao uso de fatores com inovação tecnológica, o que pressupõe a necessidade de um projeto, com programa para o desenvolvimento tecnológico nacional.

A busca por saídas locais de formação dos clusters estará na relação do uso da tecnologia x espaço de sua utilização. Requer uma busca de análise, estudo e formatação de estruturação simples, inicialmente, porém, provida de vasto conhecimento inovador tecnológico.

O desenvolvimento em inovação de uma determinada área não será apenas uma questão local, mas um conjunto de políticas locais, regionais e nacionais, que servirão de estímulo à busca de alternativas e oportunidades (Brandão – 2000), na elaboração de um plano de desenvolvimento nacional em inovação.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

O que representa a divisão da inovação tecnológica nesses três grandes territórios?

A teoria do desenvolvimento regional ficou restrita à teoria da localização das atividades econômicas até a década de 1940. Neste período foram produzidos conjuntos de modelos, segundo as condições históricas de cada época, onde ficaram caracterizados modelos como os de Thünen (1826), Weber (1969), Christaller (1966) e Losch (1969), caracterizando o uso do espaço em função de modelos de desenvolvimento econômico.

Ressalte-se, porém, que também de forma alternativa, há o surgimento da variável inovação, a partir das formulações de Schumpeter (1934), no livro “A Teoria do Desenvolvimento”, condicionando-se a ser o elemento central da dinâmica econômica e no crescimento.

Nessa linha de trabalho Perroux (1967), desenvolveu no período de 1940 a 1950, a noção e o conceito de pólo de crescimento ou desenvolvimento, explicando as razões dos processos de concentração e o papel das empresas líderes motrizes e chaves, que geram efeitos de integração e encadeamento, no processo de crescimento regional ou local.

A partir dessas conceituações e estudo constata-se uma mudança do paradigma tecnológico, com uma sucessão de transformações nesse sentido. Inicia-se uma fase de análise dos aspectos de inovação por outras formas.

A formação da idéia de que ocorrem ganhos singulares nas aglomerações setoriais em espaço geográfico, representou um outro marco no estudo da inovação, através de seu autor Alfred Marshall (1890). Os chamados ganhos de “economias externas” caracterizados nos estudos de Marshall, tem a sua origem nas análises das várias pequenas empresas, com características similares e em determinada localidade.

Buscou dessa forma, caracterizar o objetivo de definir por que e como o fator locacional importa, assim, por que e como as pequenas empresas podem ser eficientes e competitivas nesse cenário.

Caracterizou - se as evidências das chamadas localidades de indústrias localizadas ou os “distritos industriais”. A terceira Itália representada com os seus distritos industriais caracteriza a realidade empírica desse modelo.

Os autores, Piore e Sabel (1984), apresentam a difusão da experiência italiana como um modo particular de desenvolvimento industrial, onde as emergências de ligação e cooperação entre as pequenas e médias empresas, leva a economia de escala e escopo. À proporção que possuimos várias empresas trabalhando em atividades similares e com grande produção pode ocorrer economia no processo produtivo.

Essas empresas ganham em flexibilidade e rapidez de resposta, tornando-se capazes de ser mais competitivas e enfrentarem o desafio de novos processos para o desenvolvimento.

Os distritos industriais da Terceira Itália, tal qual como se apresentam, se caracterizam por vários valores que estão além da questão da proximidade geográfica, especialização setorial e a predominância da pequena e média empresa, mas também nos aspectos de colaboração, competição baseada em inovação, identidade sócio – cultural entre outros.

Vale ressaltar que nesses conjuntos de aspectos, há o aumento da confiança e o desenvolvimento aportado numa visão de desenvolvimento local e regional. É importante, também caracterizar que a existência de ativas organizações de apoio as empresas e a participação dos governos regionais e municipais estimula esse processo de interação e crescimento de todos os atores caracterizados.

Dessa forma, o papel de alguns elementos tais como: inovação, agente governamental e território tornam-se fundamental no processo de análise tanto micro e macroeconomicamente para que ocorra o sucesso dos empreendimentos.

A inovação vem como a vertente da busca de alternativas e oportunidades em novos horizontes na relação espaço x empresa. A forma de ter na inovação essa fonte de análise e pesquisa torna um negócio singular e diferenciado, fazendo com que surja “caminhos” alternativos para as situações de problemas ou até mesmo a busca do novo.

No aspecto agente governamental, tem – se o momento de apoio no atendimento da base de infra - estrutura, gestão de recursos que atenda a uma região e interface de relacionamento entre os agentes, na relação social que deve ser estabelecida.

E finalmente, o território que se destaca não apenas pelo aspecto de proximidade, que é importante, mas também pela identificação, sócio – cultural, melhor intercambio entre as pessoas e empresas, figurando um processo de interação e complementariedade de todos os atores no processo.

Parece que pode – se aventar que a existência desses três pressupostos numa condição estruturada, num determinado momento, na relação tempo x espaço, pode condicionar ao surgimento de condições de desenvolvimento e crescimento para empresas existentes.

Nas duas últimas décadas surgiram momentos singulares de várias escolas de pensamento voltadas para a explicação do sucesso das aglomerações industriais ou arranjos produtivos locais ou clusters, a partir de das mudanças tecnológicas, da organização produtiva e das estruturas produtivas.

Essas escolas caracterizam-se por base a análise do pensamento em inovação como elemento norteador de várias ciências tais como Economia, Administração, Geografia entre outras dando ênfase à questão das aglomerações industriais na relação com o espaço e o tempo.

Dessa forma, temos a escola da Geografia Econômica, cujo maior representante é o Paul Krugman (1998); a da Economia de Empresas, onde se destaca o Michael Porter (1998); a de Economia Regional, onde existem várias correntes, sendo a de Scott (1998), a que trata da gestão dos clusters; há também a Escola da Inovação, para a qual contribuíram muitos autores, entre os quais se destaca pelo foco em políticas, D. B Audrestch (1998), e finalmente a abordagem que trata de pequenas Empresas/Distritos Industriais, com destaque para as contribuições de H. Schmitz (1999).

As duas escolas iniciais apresentam visões similares no sentido que ambas tratam as aglomerações como resultado natural das forças de mercado. A ótica

nesse sentido, leva a análise do uso da correção das imperfeições de mercado e implementação de medidas gerais de política.

As outras três abordagens são similares no sentido oposto. Todas enfatizam o apoio do setor público por meio de medidas específicas de política e cooperação entre empresas.

Nesses dois blocos de Escolas do Pensamento das Aglomerações Industriais, pode-se sumarizar pela comparação de três pares de categorias analíticas: economias externas de natureza incidental x deliberada; a caracterização de economias externas como capacitantes x incapacitantes, e processo de mão invisível x apoio do setor público no desempenho e na dinâmica das aglomerações.

Outro conceito utilizado por Schmitz é o de “eficiência coletiva”, que resume de certa forma, a comparação entre categorias analíticas, e pode servir de base para estudos de caso de aglomerações.

O conceito da “eficiência coletiva”, parte do reconhecimento da importância das economias locais puras (Marshall – 1890), porém, argumenta que tais economias externas não são suficientes para explicar o crescimento e a competitividade numa determinada área de atividades econômicas afins.

Um outro aspecto que se destaca é a questão da ação deliberada, tanto na cooperação entre empresas, bem como, do setor público na implantação de políticas.

Na cooperação os agentes interagem entre as próprias empresas, com agentes comerciais, de marketing, associações empresariais, sindicatos, centros de pesquisa tecnológica, design e outros, permitindo uma busca de “caminhos” variados na análise de situações diversas.

Nas políticas públicas, tem-se a aplicação de base estrutural, que permita aos atores locais (empresas, associações, sindicatos etc) a busca de alternativas combinadas com ações definidas e objetivas para o desenvolvimento local e regional.

O conceito de “eficiência coletiva” estabelece uma relação entre as economias externas espontâneas ou não planejadas e do setor público, para explicar as vantagens competitivas de empresas aglomeradas (Schmitz – 1999).

Assim, o uso do conceito de externalidade de Marshall, torna-se essencial para o entendimento das vantagens de eficiência das pequenas e médias empresas conquistam quando agrupadas. Os autores Humphrey e Schmitz (1996), fundamentam que a grande importância do conceito de externalidade reside na “busca pela ação conjunta”. Que por sua vez, caracteriza-se por firmas individuais cooperando e ou grupos de firmas juntando forças em associações e consórcios de negócios produtivos.

Essa ocorrência de ação conjunta é que irá possibilitar a possível criação de um processo de competição entre as empresas, promovendo o ganho de eficiência e dinamizando a competitividade.

O conceito de eficiência coletiva, portanto, abrange os efeitos das externalidades até a busca pela ação conjunta. Assim Schmitz (1997), define a eficiência coletiva, como “vantagem competitiva derivada de externalidades locais e ação conjunta”.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA RELAÇÃO SOCIOESPACIAL TEMPORAL

A periodização da história da humanidade foi seqüenciada por sucessivas inovações. Em alguns períodos históricos, as inovações ou modernizações estiveram presentes, mas poucas foram às transformações relacionadas ao território. Já no período tecnológico, elas têm causado as mais intensas mudanças socioespaciais e repercutem no modo de produção, distribuição e consumo de produtos e mercadorias. Como diz Milton Santos, a reestruturação do território se dá pela interação de fixos e fluxos, em cujo âmago se processa um jogo de relações dialéticas entre o externo e o interno, o novo e o velho, e entre o Estado e o mercado (Santos, 1988).

A inovação, em tempos de globalização, resulta cada vez mais do equilíbrio entre fatores de dispersão, concentração e contradição, que se dá por meio de movimentos desiguais e combinados. Logo, as inovações seguem, também, uma

lógica, que é a da seletividade e da fragmentação espacial, por conseguinte propulsora de desigualdades, sócio espaciais.

Por seu turno, a inovação tem sido a responsável direta pelas modificações nos sistemas socioeconômicos e, por conseguinte, nas diversas áreas territoriais, pois, em seus esteios, ela passa a difundir suas implicações no desenvolvimento regional, até porque é confluyente com a densificação das redes técnicas e a competitividade ou complementar a estas.

O livro "A Ilusão do Desenvolvimento", do autor Arrigh, caracteriza que o capitalismo difere dos demais sistemas sociais, anteriores implementados, pois, ele tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem de rotina que tenha sido, ou esteja sendo, estabelecida em um determinado momento. Essa tendência aumenta as pressões competitivas que, por sua vez, suscitam uma nova ordem de trabalho.

O cenário atual da inovação tecnológica ou da inovação contínua, por meio da difusão das novas tecnologias, é de uma nova **relação espaço-temporal** de transformações, por sua vez capaz de modificar não só "o setor tecno produtivo civil e militar, como também as relações sociais e de poder" como salientou Becker (1995). Portanto, estamos diante um processo inovador que tem afetado principalmente a divisão espacial e internacional do trabalho e da produção, por conseguinte difundindo efeitos sobre o desenvolvimento de diversos lugares e regiões (Sánchez, 1991).

Ao discutir a difusão da inovação ou da inovação tecnológica como uma questão desta temporalidade, evidencia - se novas implicações de ordem, sócio territorial que, de certa forma, diferem do que ocorreu em outros momentos da história humana. A ordem do mundo está a nos mostrar um meio geográfico cada vez mais resultante da ação da ciência, da técnica e da informação, portanto de uma territorialidade permeada por outras condições sócio-tecnológicas de competitividade, em que a inovação tem como lugar central os nós das redes em escala global (Sánchez, 1997).

Veja-se que as inovações, a exemplo do que tem ocorrido com a densificação das redes e a competitividade, tem se difundido através de práticas espaciais que

levam à seletividade, à fragmentação, ao religamento, à marginalização e à antecipação espaciais de que fala a professora Ana Cristina Fernandes (2005).

Assim sendo, parece poder afirmar que, se, por um lado, as inovações são geradoras de densidades técnicas de lugares e regiões (com a melhoria de produtividade, desenvolvimento de novos processos ou produtos, dentre outras), por outro, elas excluem muitas dessas áreas territoriais, modificam a divisão do trabalho e as relações sociais, por exemplo, além de outras implicações que vêm afetando o desenvolvimento de muitos países e regiões pelo mundo afora.

A inovação é um dos temas que têm ocupado lugar de destaque na agenda das discussões socioeconômicas neste início de século. Há um certo, consenso em que são incógnitas de uma mesma equação, decisiva para se compreender o desenvolvimento do sistema econômico capitalista nessa nova ordem mundial, em que têm ocorrido grandes transformações no contexto produtivo, tecnológico, social e institucional.

A ação da inovação tecnológica tem contribuído para a ampliação do desenvolvimento socioeconômico de algumas regiões pelo mundo afora; isso é inegável.

Entretanto poucos têm sido os estudos que evidenciam as implicações que decorrem da difusão da inovação tecnológica, no tocante ao desenvolvimento de países e regiões.

Percebe - se, sim, mais freqüentemente, que as transformações, ocorridas nas últimas décadas, têm na inovação e no desenvolvimento tecnológico fatores importantes tanto para melhorar a eficiência e a capacidade competitiva das empresas como para impulsionar o desenvolvimento regional, através da ação das redes técnicas.

Espaços terrestres, em atuação sob os desígnios do mercado - com a ação da inovação - têm apresentado diferenciações regionais herdadas do passado e em evolução, até porque o desenvolvimento não tem se propagado de forma difusa pelo espaço, mas se concentrando em certos pontos. Alguns deles vêm se projetando

nesta ordem do mundo em focos dinâmicos ou de competitividade articulados à economia global.

Isso é resultado da capacidade de inovação e da elevada densidade técnica implementada. Outros espaços apresentam-se com reduzida e, em alguns casos, nenhuma condição de competitividade, dada a fragilidade da inovação difundida.

Um dos mais renomados autores da Geografia Clássica, Ratzel, afirma que a inovação faz parte de um processo de difusão de constantes alterações e crescimento e é nessa ótica que na modernidade o discurso sobre espaço - tempo torna-se um elemento fundamental no conteúdo geográfico e de inovação.

O USO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM CAMPINA GRANDE/PB: PROCESSO E CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

A realidade brasileira no tocante ao potencial de desenvolvimento regional e local e de políticas industriais, bem como, as aglomerações geográficas e setoriais de empresas são alvo de estudos e medidas de políticas públicas.

Parece haver uma nova dimensão que apontam novas formas de intervenção do estado, não mais apenas enfocando a questão da empresa individual, mas a questão das aglomerações produtivas e seus ambientes locais. Assim, a geração e difusão do uso do conhecimento, da inovação tecnológica, tornam-se práticas cada vez mais comuns, diante da premente necessidade da criação de novas oportunidades.

Nesse sentido a cidade de Campina Grande / PB parece ser uma referência a essa tendência especificada pelo seu crescimento e desenvolvimento local e regional, motivado pelo grande fluxo e fixo de movimentos de inovação, iniciada a mais de dez anos.

De cidade pequena e interiorana, passou a ser referência no cenário local, regional e nacional, com o surgimento de EBT's, que fez com que houvesse um "salto" no surgimento de um novo modelo de economia.

Até onde sabe - se, a junção de investimentos do governo federal, representando a escala nacional, e a existência local, da UFCG, como pólo de desenvolvimento em pesquisa e desenvolvimento de software e hardware, provocou mudanças com o aparecimento de oportunidades de serviço qualificado, geração de renda etc.

Ressalta-se que a existência da variável mercado, não se restringiu apenas a localidade, mas sim numa maior dimensão com a atividade de exportação em escala regional, nacional e internacional. Esse foi um tipo de atitude que também foi condicionada ao tipo de produto oferecido ao mercado, numa dimensão técnica muito abrangente, pois, trata-se de um produto e serviços de alta tecnologia.

Porém, o que também destaca - se é que numa região desprovida de grandes investimentos governamentais, diferentemente de outras regiões brasileiras (eixo sul/sudeste), tem-se o início de uma atividade inovadora, capaz de gerar desenvolvimento local e permitir uma maior capacitação de pessoas, aumento de renda e referencia na área de pesquisa e inovação tecnológica para o Brasil.

A nova dinâmica para o desenvolvimento local e regional requer, portanto, condições de investimentos, busca de soluções de curto, médio e longo prazo em inovação, particularmente na área de pesquisa e no surgimento de empresas preparadas para esse desafio.

É nessa ótica que talvez caminhe a cidade de Campina Grande /PB, pelo seu imenso potencial descoberto, na junção dos três elementos básicos para o desenvolvimento e a inovação: investimento, pesquisa e mercado.

Nesse cenário, não obstante o investimento inicial realizado registre - se a capacidade local de reunir as condições necessárias para o surgimento desse mega projeto (território de inovação tecnológica em Campina Grande - PB), com o elemento pesquisa, referenciado pela Universidade local e a busca da capacitação constante das pessoas, criando um mercado local de mão de obra qualificada e desenvolvida.

É preciso refletir, que reunir as condições locais, num determinado espaço geográfico, não se trata apenas de investimento, mas é preciso fazer um trabalho de

base, com a qualificação da mão de obra, sensibilização de empreendedores locais e políticas governamentais de parcerias.

À proporção que a cidade, o lugar ou o território encontra-se nas condições necessárias, inicia-se um processo de desenvolvimento contínuo e constante que passa a ser a referencia para a economia local, com o surgimento de novas oportunidades atreladas direta ou indiretamente ao setor.

Cabe, pois, a pergunta é possível desenvolver outras regiões e locais do ponto de vista de inovação tecnológica, a partir dos pressupostos estudados?

Como se trata de um projeto teórico – empírico condicionarei a resposta dessa pergunta aos estudos mais aprofundados a ser desenvolvidos.

De momento fica a reflexão diante de tudo o que foi estudado pela disciplina em particular para o meu caso que a questão da região dentro do conceito de desenvolvimento do território local.

BIBLIOGRAFIA

BACELAR, T. (2004). Programa Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília.

BRANDÃO.C. (2005). Estratégias de Desenvolvimento e Construção do Espaço Supra – Local: os novos arranjos institucionais. ANPUR. Brasil.

FERNADES, A C. (2005). Programa de Pós Graduação de Geografia. Aula expositiva. UFPE.

HUMPHREY, J. & SCHIMTZ, R. (1996) The Triple C Approach to locao industrial policy. In. Word Development. Vol. 24, nº 12.

KRUGMAN, P. (2001). Economia Internacional. Teoria e Política. Pearson Educácion. Madri.

LUNDVALL, B. (1995). National Systems of Innovation:Towards a theory of innovation and interactive learning, London:Pinter.

MARSHALL, A . (1890). Principles of Economics. London. Macmilan.

MARX , K. (1864). O Capital.

MARX , K. & ENGELS, F. (1982). Obras Escolhidas. Lisboa. Avante.

MORGAN, G. (2000). A Morte exagerada da Geografia. Londres.

OLIVEIRA, F. (1988).Elegia para uma Re(li)gião. USP. Paz e Terra.

PIORE, M. e SABEL C. (1984) The Second Industrial Divide. Nova York, Basic Books.

PORTER, M. A .(1993).Vantagem Competitiva das Nações Rio de Janeiro. Campos.

SANTOS, M. (1988) Por uma outra Globalização. São Paulo. USP.

SCHUMPETER, J. (1934). The Theory of Economic Development. Oxford. Oxford University Press.